

JORNAL PETROLEIROS



Foto: Guilherme Weimann

PETROLEIROS LUTAM POR UMA REMUNERAÇÃO VARIÁVEL JUSTA



Foto: Guilherme Weimann

Foto: Davi Macedo



É necessário seguir firmes!

Temos falado muito de reconstrução: reconstrução do Brasil, da Petrobrás, da humanidade como um todo. Mas pouco se fala da reconstrução da percepção do tempo. A intermediação dos diversos aspectos das nossas vidas cotidianas pela tecnologia virtual acelerou o compasso da sociedade em todos os aspectos, vivemos em alta velocidade e em alta dispersão. Porém, alicerces sólidos não se edificam na velocidade do zap. Mesmo em tempos de impressoras 3Ds, é necessário amassar muito barro, ainda mais quando se trata de avanços para a classe trabalhadora.

As eleições municipais instalam um debate sobre o futuro da esquerda, que embora não tenha tido o resultado esperado também não foi esmagada como querem nos fazer acreditar. Se a luta precisa de mais rounds do que o esperado para vencermos os adversários, qual a solução? Seguir lutando, e mesmo sem nocaute, pontuar em cada round, ou abandonar o ringue? Desistir jamais foi uma opção para nós! Temos lado!

Nunca foi fácil, e sabemos que 2024 é bem diferente de 2004. Mas a economia está mais aquecida, o emprego está crescendo, a Petrobrás está voltando a investir, voltando atuar em áreas como Fertilizantes, Indústria Naval. O debate de valores não tem que ser feito de forma abstrata, e sim na concretude de cada pauta, na pele do trabalhador e da trabalhadora como é o caso da luta pelo fim da escala 6x1, que abraçamos, e a disputa colocada em relação ao orçamento federal. Jogar a contradição no campo dos nossos adversários, que eles tenham que bancar perante a sociedade sua real face. Cada vitória, cada conquista, vai se somando na luta estrutural, rumo à sociedade que almejamos.



A LUTA DE CLASSES E A REDUÇÃO DA JORNADA DE TRABALHO

“A magnitude absoluta do tempo de trabalho – o dia de trabalho, a jornada de trabalho – é constituída pela soma do trabalho necessário e do trabalho excedente, ou seja, do tempo em que o trabalhador reproduz o valor de sua força de trabalho e do tempo em que produz a mais-valia”, MARX, O Capital, livro I, página 266.

Pedro Carrano*

Eis que, no meio de uma partida dura para a classe trabalhadora no Brasil, um debate fundamental sobre a jornada de trabalho agita as redes sociais. É uma discussão e uma mobilização pelo fim da escala 6x1. A luta de classes, mesmo em momentos defensivos, não cessa, e sempre há caminhos para a luta dos trabalhadores. Sempre há canais de diálogo e chance de tocar em pontos sensíveis do trabalho e, conseqüentemente, da vida das pessoas. O que enterra o suposto debate teórico sobre o fim do trabalho, ou a falácia de que seríamos todos empreendedores, entre outras falsas ilusões.

Em pesquisa que fiz ainda em 2014, com os trabalhadores da Volvo, em Curitiba, que, em 1995, conquistaram a jornada de 40 horas semanais, eu apontava no estudo que, apesar disso, na prática havia uma série de mecanismos que elevavam semanalmente a jornada de trabalho: a recorrência de horas extras, o Banco de Horas, intensificando a produção nos períodos de demanda da empresa, resultando, na prática, numa jornada de até 52 horas, superior às 44 horas constitucionais.

Recentemente, com o golpe de 2016 e reformas conservadoras como terceirizações, reforma trabalhista e previdenciária; a juventude enfrenta situações adoeedoras, e a jornada 6x1 resume isso: apenas, quando muito, 6 dias de descanso no mês, sem o controle de

qual será o dia semanal para descanso, entre outras conseqüências.

A jornada de trabalho no Brasil já é extensa e intensa. É, em termos absolutos, maior do que em vários países, como Chile e Espanha. No que se refere à produtividade, o país enfrenta o aumento exponencial de doenças relacionadas ao trabalho.

A Organização Internacional do Trabalho (OIT) classifica como insalubre as jornadas que excedam as 48 horas semanais. O Brasil, também de acordo com o que avaliei, com a reestruturação produtiva e indústria dependente, combina as formas de exploração de jornada extensa (mais-valia absoluta) com a relativa (intensificação da jornada num mesmo período temporal).

Por isso, a luta pela redução da jornada sem redução dos salários e pela redução na escala sem o aumento da jornada absoluta são desafios também para esta pauta, uma vez que a patronal sempre vai tentar adaptar a jornada de trabalho de acordo com os seus interesses.

Retomar essa luta é essencial! Todo o campo de organizações da esquerda deve se somar. É um tema de unidade da esquerda, e uma pauta fundamental de avanço da classe trabalhadora em suas condições de vida. A luta de classes no seu sentido mais vivo e imprescindível. A luta que precisamos continuar dando sempre.

* Jornalista, escritor e militante da Consulta Popular



É fundamental unificar a classe trabalhadora, com seus setores mais oprimidos e explorados à frente”, opina Pedro Augusto

“O COMBATE À EXTREMA-DIREITA E AO FASCISMO ESTÃO NA ORDEM DO DIA”

Membro da direção do Sindipetro Unificado e do Coletivo Antirracista, Pedro Augusto detalha as principais pautas do movimento negro na atual conjuntura

Por Guilherme Weimann e Marcelo Aguilar

“A luta antirracista tem estado na linha de frente do enfrentamento à extrema-direita e ao fascismo nos últimos anos”, afirma o diretor do Sindipetro Unificado e membro do Coletivo Antirracista da Federação Única dos Petroleiros (FUP), Pedro Augusto. Nesta entrevista, publicada no dia 20 de novembro, no qual se celebra a Consciência Negra e o líder Zumbi dos Palmares, o militante detalha as principais pautas do movimento negro, tanto dentro do Sistema Petrobrás como no âmbito da política nacional.

Confira a entrevista na íntegra:

Internamente na Petrobrás, houve alguma mudança para os trabalhadores negros após a eleição do governo Lula?

A maior parte das trabalhadoras e trabalhadores negros da Petrobrás está no setor privado. Ainda há muito a avançar em relação às condições de trabalho, segurança e qualidade dos contratos de prestação de serviços, mas conseguimos resgatar o plano de saúde para os dependentes, além da retomada das obras, que geram emprego e renda. Também houve a retomada dos concursos públicos, que hoje oferecem cotas raciais, além de uma mudança importante no posicionamento institucional da Petrobrás em relação ao combate ao racismo e outras formas de opressão. Mas para transformar esse discurso em ação, tem sido necessário pressão permanente do movimento sindical e dos trabalhadores na base.

Extrapolando os muros da Petrobrás, como você avalia a atual conjuntura da luta antirracista no país?

Felizmente, a luta antirracista tem estado na linha de frente do enfrentamento à extrema-direita e ao fascismo nos últimos anos. Isso tem feito com que, apesar das dificuldades da conjuntura, como vimos nas últimas eleições, a nossa pauta não perdeu protagonismo e segue mobilizando. No entanto, não podemos fechar os olhos para o fato de que as políticas racistas, como a violência policial, por exemplo, seguem sendo apoiadas por uma parte importante da população, o que tem permitido o retrocesso em relação a alguns temas, como a retirada das câmeras corporais na Polícia Militar de São Paulo, que Tarcísio recuou, ou mesmo a Operação Escudo, que está implantando no Litoral Paulista métodos muito parecidos com o que vemos há

anos no estado do Rio de Janeiro, onde as principais vítimas da violência são da população negra.

Na última eleição, houve um avanço da extrema direita e um recuo da esquerda. Como isso impacta as pautas do povo negro?

As conquistas do povo negro sempre ficam mais ameaçadas, conforme avançam as pautas que pregam o conservadorismo, a redução das políticas sociais de Estado e as privatizações, por exemplo, pois dividem a nossa classe e atrasam as transformações que ainda são fundamentais para que possamos acabar com a desigualdade racial. O fortalecimento do Centrão e da extrema-direita também gera ainda mais pressão à direita sobre a frente ampla liderada pelo presidente Lula. Não à toa, pautas como o avanço do ajuste fiscal, cortes no orçamento e alta dos juros do Banco Central ganharam cada vez mais espaço na grande mídia e podem de fato se transformar em política do governo federal. Já no Congresso, Lira saiu fortalecido para indicar o seu sucessor no comando da Casa, enquanto em São Paulo, Tarcísio ganha espaço para ser a alternativa do bolsonarismo e da direita em 2026. Ao mesmo tempo, nas eleições proporcionais, seguimos tendo vitórias importantes de candidaturas de mulheres negras nas Câmaras de Vereadores, por exemplo, algo importante para continuar avançando e conquistar mais espaços de poder.

Quais são as principais pautas desse 20 de novembro, um dia simbólico de luta para os negros e negras?

O combate à extrema-direita e ao fascismo ainda estão na ordem do dia, pois essas forças reacionárias seguem avançando não só no Brasil, como no mundo, vide a vitória de Trump nos EUA. E o projeto desses setores passa diretamente por atentar contra os direitos, conquistas e a vida de negros e negras, povos originários e imigrantes. Portanto, unificar a classe trabalhadora, com seus setores mais oprimidos e explorados à frente, nas ruas, em torno de uma pauta que amplie direitos e melhore a vida das pessoas é fundamental. Só assim vamos poder retomar o protagonismo e conquistar corações e mentes para o nosso projeto de emancipação coletiva e de combate às desigualdades raciais, que ainda temos muito a avançar.



Foto: Guilherme Weimann

O movimento reforça a união da categoria na busca por uma PLR justa e integrada do Sistema Petrobrás

SINDIPETRO UNIFICADO INTENSIFICA MOBILIZAÇÕES NOS TERMINAIS DA TRANSPETRO

Categoria luta por igualdade de direitos, PLR justa, por saúde e segurança, contra a escala 6x1 e contra o arrocho fiscal

Por Vitor Peruch

A Jornada Unificada de Lutas, convocada pela FUP e pela FNP, mobilizou trabalhadores do Sistema Petrobrás em todo o Brasil entre os dias 18 e 22 de novembro. No estado de São Paulo, o Sindipetro Unificado liderou uma série de mobilizações nos terminais da Transpetro, começando na segunda-feira (18) no terminal de São Caetano do Sul, seguindo na terça-feira (19) em Guarulhos, em Guararema na quinta-feira (21) e Barueri na sexta-feira (22).

As mobilizações visam fortalecer a luta da categoria por uma Participação nos Lucros e Resultados (PLR) justa, melhores condições de saúde e segurança, e contra o arrocho fiscal e a escala 6x1. Durante os atos, os diretores do Sindipetro Unificado têm destacado a importância da união da categoria para enfrentar os desafios impostos pela gestão da empresa.

“Precisamos estar unidos, e a consequência daquilo tudo que conseguimos será por conta da nossa disposição de luta”, afirmou Renato Felipe, diretor do Sindipetro Unificado.

A jornada de mobilizações também reforça a mensagem de que a Petrobrás e suas subsidiárias devem ser tratadas de forma igualitária. “O sentimento de todos é que a Petrobrás e a Transpetro são a mesma empresa, o mesmo símbolo, uma não sobrevive sem a outra. Não há nenhum motivo para ter qualquer diferenciação, essa diferenciação só serve para enfraquecer a Transpetro”, declarou o diretor do Sindipetro Unificado, Rodrigo Zanetti.

A defesa dos trabalhadores da Transpetro, frequentemente alvos de políticas discriminatórias, foi enfatizada pelo diretor do Sindipetro Unificado, Pedro Nascimento: “Não vamos admitir que a Petrobrás trate de forma discriminatória os trabalhadores da Transpetro, que são essenciais para garantir o funcionamento do Sistema. Além disso, estamos dialogando para que esse lucro exorbitante que a empresa vem apresentando se transforme em investimento.”

Nascimento também apontou para os riscos de privatizações e a necessidade de mobilização contra políticas entreguistas. “Na prática, vemos uma diáspora acontecer com outras empresas, como a SABESP, que estão sendo vítimas dessa mesma política entreguista. A única forma de conter esse movimento é mostrar que conseguimos nos organizar e mobilizar”, acrescentou.

Outro ponto crucial das mobilizações é a rejeição ao Programa de Remuneração Diferenciada (PRD), criticado por perpetuar desigualdades e ser uma continuidade do antigo PPP. Cibele Vieira, coordenadora-geral do Sindipetro Unificado e diretora da FUP, destacou os problemas do programa: “O PRD nada mais é que a continuidade do PPP. Ele segue como uma ferramenta de perseguição política, ao atrelar punições às metas do GD e manter uma relação desigual entre a alta gestão e os trabalhadores que não possuem função gratificada. Além disso, ele não é negociado coletivamente, o que fere o ACT que conquistamos no ano passado.”



Petroleiros rechaçaram a primeira proposta da PLR apresentada pela Petrobrás

A coordenadora-geral do Sindipetro também criticou as disparidades na Participação nos Lucros e Resultados, que beneficiam de forma desproporcional a alta cúpula da Petrobrás. “A gestão quer aumentar a PLR da alta cúpula enquanto mantém limitações para quem constroi a empresa no dia a dia. Não vamos aceitar que se perpetuem as desigualdades instauradas no governo Temer e reforçadas no governo Bolsonaro. Estamos em outro momento histórico, e é isso que a FUP e os sindicatos vão perseguir este ano”, afirmou Cibele. Rodrigo Araújo, diretor do Sindipetro Unificado e trabalhador da Transpetro, destacou o papel estratégico das subsidiárias e a importância da unidade: “A campanha da PLR, como todas as outras negociações, é um momento fundamental de lutarmos pela unidade do Sistema Petrobrás. Já vimos o impacto na sociedade brasileira quando o sistema é atacado, casos como as privatizações da Liquigás, BR e das refinarias. Portanto, é

muito importante que as subsidiárias tenham um olhar atento para seus trabalhadores, tal como petroleiros e petroleiras, que são importantíssimos para a geração dos resultados que o Sistema Petrobrás apresenta como um todo, além do retorno em forma de investimentos, empregos e tecnologia, para todos os brasileiros”. As mobilizações desta semana são parte de um esforço contínuo para garantir condições de trabalho dignas e uma remuneração justa para todos os trabalhadores do Sistema Petrobrás, incluindo as subsidiárias. A luta também engloba bandeiras históricas, como a redução de jornada sem redução de salário, e a defesa das políticas públicas ameaçadas pelo arrocho fiscal. A expectativa é que os atos intensifiquem a pressão sobre a Petrobrás e suas subsidiárias, mostrando que os trabalhadores não recuarão enquanto não houver avanços concretos nas pautas reivindicadas.

SINDICALIZE-SE



COM UM SINDICATO FORTE, CRESCE O TRABALHADOR E CRESCE O BRASIL

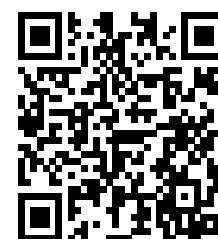




Foto: Marcelo Aguilar

Petroleiros e lideranças de movimentos sociais apontaram caminhos para uma Transição Energética Justa

FUP NO G20 SOCIAL: TRANSIÇÃO ENERGÉTICA SÓ É JUSTA COM SOBERANIA, INCLUSÃO E PARTICIPAÇÃO POPULAR

Debate de petroleiros e movimentos sociais destacou que a transição energética pode reduzir desigualdades sociais, desde que siga um modelo sustentável e não o imposto por Europa e EUA ao Sul Global

Por Alessandra Murteira, da comunicação da FUP

A FUP e seus sindicatos participaram entre os dias 14 e 16 de novembro da Cúpula Social do G20 no Rio de Janeiro, que reuniu ativistas e movimentos sociais de vários países com o objetivo de debater e apontar caminhos para questões que são estruturantes para a humanidade, incluindo a transição energética justa e mudanças na governança global.

No dia 14, primeiro dia do G20 Social, as lideranças petroleiras, em conjunto com as outras organizações que integram a Plataforma Operária e Camponesa da Água e da Energia (POCAE), tiveram um espaço de destaque nas atividades autogestionadas com um painel que teve como tema a “Transição energética justa, soberana e popular para o desenvolvimento sustentável da humanidade”.

A atividade discutiu a transição energética, a partir de olhares diversos, tanto das organizações sindicais, quanto dos movimentos sociais, que representam os territórios que já estão sendo impactados pela crise climática. O debate apontou que a transição justa passa necessariamente pelo envolvimento dos trabalhadores e das comunidades na formulação de propostas e, sobretudo, pela escolha do modelo de desenvolvimento nacional.

As lideranças presentes no painel enfatizaram que a transição deve servir ao desenvolvimento sustentável da humanidade, não aos interesses do capitalismo. Também foi ressaltado que, se feita de forma soberana e popular, a transição pode reduzir desigualdades sociais, diferente do modelo imposto por Europa e EUA ao Sul Global, que não atende aos interesses do povo brasileiro.

“A transição energética para ser justa, para ser soberana, para ser popular, para ser inclusiva precisa necessariamente que a Petrobrás e o governo federal ouçam os movimentos sociais, os movimentos sindicais, os movimentos populares”, reforçou o coordenador-geral da FUP, Deyvid Bacelar.

As contribuições feitas durante o debate realizado foram remetidas à plenária das centrais sindicais, que aprovou um documento conjunto, com demandas da classe trabalhadora, entregue ao presidente Lula e ao presidente da África do Sul, país que sediará a próxima reunião do G20.

No documento, há um tópico relacionado à transição energética justa, em que as entidades sindicais reafirmam a importância do trabalho decente e da valorização da vida de todas as populações

impactadas pela crise climática.

MUDANÇAS NOS PROCESSOS DE TRABALHO

O economista do Dieese, Cloviomar Cararine, que assessora a FUP, chamou atenção para o impacto da transição energética para os trabalhadores, lembrando que é um tema novo e que nos últimos anos ganhou espaço na agenda sindical, sendo cada vez mais central para a classe trabalhadora. “O movimento sindical defende que a transição energética seja justa, o que significa não deixar ninguém para trás e envolver os trabalhadores e a população nesse debate. Temos que levar em conta também que estamos passando simultaneamente por dois processos que impactam diretamente os trabalhadores: a transição tecnológica e a transição energética. Novos processos de trabalho vão ser gerados, outros extintos e é preciso qualificar esses trabalhadores e gerar novos empregos com qualidade. Além disso, fazer a transição energética justa é pensar também em uma série de outros trabalhos que já estão sendo bastante impactados pelo clima”, afirmou Cararine.



Foto: Marcelo Aguiar

Debate foi realizado em conjunto com a Plataforma Operária e Camponesa da Água e da Energia

PETROBRÁS TEM PAPEL-CHAVE NA TRANSIÇÃO, MAS PRECISA ENVOLVER TRABALHADORES E COMUNIDADES

O coordenador-geral da FUP, Deyvid Bacelar, reforçou que o impacto da indústria petrolífera nas emissões de gases de efeito estufa preocupa os trabalhadores do setor, que querem ser parte da busca de soluções que viabilizem uma transição energética justa, inclusiva, soberana e com participação popular. *“Entendemos que políticas públicas precisam ser promovidas pelo Estado e que a indústria de energia precisa ir além da descarbonização de suas atividades.”*

“Por termos metade da nossa matriz energética formada por fontes renováveis, o Brasil tem uma situação bastante diversa em relação aos países do G20. Temos a oportunidade de fazer o diálogo entre a indústria nacional, as comunidades e os trabalhadores, para que possamos gerar empregos de qualidade”, destacou.

O coordenador da FUP frisou a necessidade do Brasil avançar nas pesquisas e no desenvolvimento de combustíveis do futuro. Ele destacou que, com a volta do presidente Lula, a Petrobrás também voltou e está incorporando a narrativa da transição energética justa. Ativos importantes foram retirados do rol de privatizações, como a PBio, a empresa avançou na recuperação de bens estratégicos para a segurança energética nacional, como as plantas de fertilizantes nitrogenados, há projetos para a construção de uma primeira planta piloto de geração de hidrogênio verde e a

Petrobrás é hoje a empresa com maior potencial de energia eólica offshore do mundo.

“No entanto, a maior parte dos investimentos feitos pela Petrobrás na transição energética está voltada, principalmente, para a descarbonização de suas atividades. O que temos defendido é que esses investimentos avancem também para os combustíveis do futuro”, afirmou Bacelar.

SEGURANÇA ENERGÉTICA

Mahatma Ramos, diretor técnico do Inep, alertou que os grandes grupos econômicos já estão se apropriando da agenda da transição energética, como é o caso, por exemplo, da chamada economia verde. Ele explicou que essa é uma forma de reestruturação do sistema capitalista diante das crises financeira e climática, cujos efeitos ambientais, econômicos e sociais afetam o globo inteiro, mas de forma desigual nos territórios.

“Pensar a transição energética é pensar um processo social complexo que se expressa essencialmente pela necessidade de reforma do capitalismo e muitas vezes os interesses dos atores que coordenam essa transição não estão associados às demandas populares e a uma ideia de justiça social. A consolidação de um novo paradigma energético será lenta e a longo prazo e o Estado precisará ter um papel central na coordenação e formulação de políticas públicas que possam promover essa transição energética e acelerar as respostas à crise climática”, declarou.

A apresentação do Inep destacou que o Brasil tem um histórico de políticas públicas para o setor de energia focadas na sustentabilidade e no incentivo aos

biocombustíveis e aos combustíveis de baixo carbono. Enquanto no mundo as fontes renováveis representam apenas 15% das matrizes energéticas, aqui elas são 49%. Se no resto do planeta o setor de energia e o segmento de óleo e gás são responsáveis por 66% das emissões dos gases de efeito estufa (GEE), no Brasil, a indústria de energia, incluindo a produção de combustíveis fósseis, representa 18% das emissões de GEEs.

“Precisamos, sim, descarbonizar a nossa indústria de energia, mas o nosso maior problema no curto prazo é reduzir as emissões associadas à agropecuária e aos desmatamentos, que hoje são responsáveis por 75% das emissões de gases de efeito estufa no Brasil”, alertou Mahatma.

Ele afirmou que a transição energética não pode desconsiderar o peso do setor de óleo e gás no Brasil, que é o 9º maior produtor e 8º maior consumidor de petróleo do mundo, além de possuir o 9º maior parque de refino do planeta. Além disso, o país tem uma baixa intensidade de carbono associada à exploração e à produção de óleo e gás. A indústria nacional petrolífera atende a 45% da oferta de energia interna e é responsável por 12,5% da produção elétrica nacional. Um setor que representa 11% do PIB e que gera 600 mil postos de trabalho formais.

“É importante pensar a descarbonização, o avanço de novas rotas tecnológicas e a transição no setor de óleo e gás, mas temos que assegurar tanto a segurança energética nacional, quanto a dimensão e o impacto financeiro, social e geopolítico que esse setor tem para o Brasil”, finalizou o diretor do Inep.



Foto: Guilherme Weimann

FESTAS DE FIM DE ANO SINDIPETRO UNIFICADO

O Sindipetro Unificado realizará suas tradicionais festas de fim de ano em Mauá, São Paulo e Campinas, celebrando a união e a luta da categoria. A primeira ocorre em Mauá, no dia 7 de dezembro, na sede regional. Em São Paulo, a confraternização está marcada para 13 de dezembro, com música ao vivo e churrasco. Já Campinas receberá a festa em 14 de dezembro, das 11h às 18h. Os sindicalizados já podem retirar seus convites, e acompanhantes extras têm ingressos à venda. Entre em contato com as sedes do sindicato de sua cidade para mais informações.

LEIA MAIS
ACESSANDO
O QR CODE:



Foto: Guilherme Weimann

PRIMEIRA FEIRA AGROECOLÓGICA DA REPLAN

A Refinaria de Paulínia (Replan) recebeu sua primeira Feira Agroecológica em 24 de outubro, promovendo produtos orgânicos e artesanais de agricultores familiares. O evento, fruto do Acordo Coletivo de Trabalho, simboliza a integração entre Petrobrás e comunidades locais, incentivando hábitos saudáveis no ambiente laboral. Diretores do Sindipetro destacaram a relevância da feira para a promoção da saúde e o fortalecimento da agricultura familiar. Agricultores de assentamentos como Marielle Vive e Milton Santos participaram, trazendo produtos frescos e de qualidade para os trabalhadores da maior refinaria do país.

LEIA MAIS
ACESSANDO
O QR CODE:



PASA E PROGRAMA CUIDAR

O Programa de Avaliação da Saúde do Aposentado (PASA) foi renovado, oferecendo exames preventivos anuais para aposentados e pensionistas acima de 60 anos. O modelo atualizado inclui consultas com médicos de família e planos de cuidados personalizados, sem custos adicionais. Complementando o PASA, o Programa Cuidar | Atenção Primária atende todos os beneficiários do plano, com equipes multidisciplinares e consultas híbridas. Ambas as iniciativas, previstas no ACT 2023-2025, reforçam a atenção primária à saúde, ampliando o acesso a cuidados preventivos e promovendo qualidade de vida para a categoria.

O PASA entra em contato com os beneficiários próximo à data de seu aniversário para fornecer informações e orientações sobre os serviços disponíveis. Para informações e esclarecimentos, entre em contato pelo telefone (21) 3224-7200 ou pelo 0800-287-2266. Também é possível acessar o portal www.pasa.com.br ou enviar e-mail para contato@pasa.com.br. O atendimento funciona de segunda a sexta-feira, das 8h às 18h, exceto feriados.

LEIA MAIS
ACESSANDO
O QR CODE:



Foto: Reprodução

DE OLHO NO JURÍDICO

O site do Sindipetro Unificado disponibiliza uma área específica para acompanhar as ações jurídicas em curso. Na aba "Jurídico", petroleiros encontram informações atualizadas sobre processos que envolvem direitos da categoria. O acesso é simples, via menu inicial ou link direto, e um QR Code facilita a navegação. Manter-se informado sobre o andamento das ações judiciais é essencial para garantir transparência e participação ativa dos sindicalizados na defesa de seus direitos. O Sindipetro segue firme no compromisso de lutar por melhores condições de trabalho e justiça para seus filiados.

LEIA MAIS
ACESSANDO
O QR CODE:

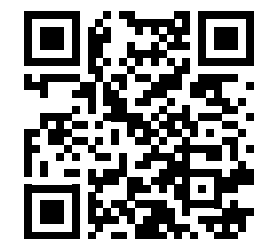


Foto: Vitor Peruch

SINDIPETRO NO ATO CONTRA A ESCALA 6X1

O Sindipetro Unificado participou do ato "Vida Além do Trabalho" no Rio de Janeiro, reforçando a luta pelo fim da escala 6x1. O movimento, apoiado por lideranças sindicais e políticas, busca pressionar o Congresso pela aprovação da PEC que propõe jornadas mais humanas. Em São Paulo, a entidade também marcou presença na Avenida Paulista, onde milhares de manifestantes, incluindo jovens trabalhadores, se uniram à causa. Os diretores do Sindicato presentes destacaram as mobilizações como essenciais para garantir melhores condições de vida e trabalho à classe trabalhadora.

LEIA MAIS
ACESSANDO
O QR CODE:

